



**Confederação
Brasileira
Do Desporto
Universitário**

CBDU

Folha nº 1

Rub. _____

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO – CBDU

SETOR DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FRETE
PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS/EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER AS
NECESSIDADES DA CBDU.**

**BRASÍLIA/DF, 28 DE FEVEREIRO DE 2024
ÀS 09 HORAS**

 **WWW.CBDU.ORG.BR**

 **/CBDU.BRASIL**  **@CBDU**

 **@CBDU**  **/CBDUTV**

TEL: + 55 61 3447-1113

E-MAIL: CBDU@CBDU.ORG.BR

SGAN 905, MÓDULO E. BRASÍLIA / DF - CEP: 70.790-054



PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 07/2024.

A **Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU**, associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, com sede na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 42.467.787/0001-46, neste ato representado por seu Presidente **Luciano Cabral**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará processo seletivo, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO ITEM**, regida pela Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DA ABERTURA

1.1. A abertura do certame será na data, hora e local abaixo:

DATA: 28/02/2024.

HORÁRIO: 09h00min (horário de Brasília)

LOCAL: www.novobbmnet.com.br

1.2. Apesar das disposições constantes na plataforma da BBMNET, o presente processo seletivo será regido pela Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário.

1.3. O Pregão será realizado por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

2. DO EDITAL

2.1. O Edital e Anexos encontram-se disponíveis para conhecimento e obtenção pelos interessados no site da CBDU (www.cbdu.org.br), na plataforma da BBMNET (www.novobbmnet.com.br) ou por e-mail (selecao@cbdubrasil.org.br).

2.2. Todos os horários estabelecidos neste Edital, avisos e durante a Sessão Pública obedecerão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília – DF.

2.3. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do processo seletivo na data marcada, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão serão realizados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

3. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

3.1. O presente processo seletivo tem como objeto o Registo de Preços para futura e eventual **contratação de empresa especializada na prestação de serviço de frete para transporte de materiais/equipamentos**,

visando atender as necessidades da CBDU, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I, parte integrante deste Edital.

- 3.2. O valor estimado para a contratação é de **R\$ 337.464,66 (trezentos e trinta e sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e seis centavos)**.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES

- 4.1. As especificações dos itens encontram-se dispostas no Termo de Referência (Anexo I), devendo aquelas serem observadas rigorosamente quando da elaboração da Proposta Financeira.
- 4.2. Em caso de discordância existente entre as especificações técnicas descritas no sistema BBMNET as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I), prevalecerão as últimas.

5. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 5.1. A descrição pormenorizada da prestação de serviço em epígrafe encontra-se disposta no Termo de Referência (Anexo I).

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar do presente processo seletivo, pessoas jurídicas legalmente constituídas e estabelecidas no território nacional, de ramo compatível com o objeto deste processo seletivo e que atendam a todas às condições estabelecidas neste edital e seus anexos e que estiverem previamente credenciadas na plataforma de licitações eletrônicas provida pela Bolsa Brasileira de Mercadorias, por meio do sítio eletrônico www.novobbmnet.com.br.
- 6.1.1. São destinados EXCLUSIVAMENTE à participação de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, os itens que possuam valor estimado até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme art. 48, inciso I, da Lei Complementar no 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar no 147/2014;
- 6.1.2. Considerando que não se trata de processo seletivo exclusivo, é aplicável o empate ficto previsto no art. 44 da Lei Complementar no 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar no 147/2014, além dos demais benefícios previstos na referida Lei, serão garantidos às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, conforme normas previstas neste Edital.
- 6.2 As empresas participantes deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME, EPP ou MEI, e que não se encontram alcançadas por quaisquer das hipóteses previstas no § 4º, do art. 3º, da LC nº 123/2006 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.
- 6.2.1. A mera declaração como ME, EPP ou MEI ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela

LC nº 123/2006 por empresa participante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao processo seletivo, sujeitando a mesma à aplicação das penalidades legais, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

- 6.3 A empresa participante deverá apresentar endereço para correspondência eletrônica, através do qual serão feitas preferencialmente as comunicações oficiais, tendo a empresa o dever de mantê-lo atualizado e verificá-lo periodicamente. O envio de correspondência eletrônica terá validade para efeitos de contagem de prazos para todos os fins deste edital, bem como da ata de registro de preços e do contrato, conforme o caso.
- 6.4 Estarão impedidas de participar deste processo seletivo pessoas jurídicas que:
- a) não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - b) estejam suspensas de participar de processos seletivos de contratação ou contratar com CBDU, suas Sociedades, Associações e Entidades Nacionais de Administração do Desporto Olímpico a ele filiadas e que adotem os procedimentos expostos no Manual de Compras mencionado no texto introdutório a este Edital, durante o prazo da sanção aplicada;
 - c) incidam em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece as hipóteses em que as pessoas jurídicas não podem se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI;
 - d) sejam entidades estrangeiras ou sociedade que não funcionem no país;
 - e) cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente nem compatível com o objeto deste Pregão;
 - f) estejam sob decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
 - g) consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - h) empregados da CBDU;
- 6.5 A participação no certame de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.
- 6.6 É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de uma empresa participante no presente processo seletivo.

- 6.7 Cada empresa participante apresentará uma só proposta, de acordo com as exigências deste Edital.
- 6.8 A empresa participante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do processo seletivo.
- 6.9 O CNPJ apresentado pela empresa participante para sua habilitação será, obrigatoriamente, o mesmo a emitir a nota fiscal/fatura correspondente ao fornecimento dos produtos.
- 6.10 A participação no presente processo seletivo implica na aceitação integral e irretratável dos termos e condições deste instrumento convocatório, dos seus anexos e das normas técnicas gerais ou especiais pertinentes ao objeto deste processo, quanto a prazo de entrega e de validade das propostas e da forma de pagamento.

7. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 8.1. Qualquer pessoa física ou jurídica, até 03 (três) dias úteis anterior à data fixada para a abertura da sessão pública poderá solicitar ESCLARECIMENTOS e/ou IMPUGNAR o presente processo seletivo, através da plataforma da BBMNET.
- 8.2. O prazo para impugnação deste Edital é decadencial e as petições protocoladas após o prazo serão consideradas intempestivas.
- 8.3. As respostas aos esclarecimentos e às impugnações apresentadas serão divulgadas pelo sistema eletrônico e vincularão os participantes e a CBDU
- 8.4. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre interessados e a Pregoeira, membros da Equipe de Apoio e demais empregados da CBDU.
- 8.5. Eventuais modificações no Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

8. DO CREDENCIAMENTO

- 8.1 Para participar deste Pregão, a empresa participante deverá credenciar-se na plataforma de licitações eletrônicas provida pela Bolsa Brasileira de Mercadorias, por meio do sítio eletrônico www.novobbmnet.com.br.
- 9.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, pelo qual poderão também informar-se a respeito do seu funcionamento.
- a) O uso da senha de acesso pela empresa é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante. Não caberá ao provedor

do Sistema ou a CBDU responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

b) A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

c) A CBDU não é unidade cadastradora do Sistema Eletrônico. As empresas interessadas em participar do processo seletivo deverão verificar no site da BBMNET as unidades cadastradoras do sistema para a entrega da documentação pertinente.

9.1.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da empresa participante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

9.1.3. Caberá às empresas participantes responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da CBDU por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 As empresas participantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente, com os documentos de habilitação exigidos no edital, em campo próprio, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, sem identificação, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2 Até o horário marcado para abertura da sessão, as empresas participantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

9.3 A empresa participante será responsável por todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas financeiras e por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante. Não caberá ao provedor do sistema ou à CBDU responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, ou de eventual desconexão.

9.4 A elaboração da proposta financeira é de inteira responsabilidade da empresa participante, não lhe cabendo a desistência, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital e/ou na Política de Compras da CBDU.

9.5 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, forem omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

- 9.6 É facultada, em qualquer fase deste processo seletivo, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Nos casos de erros formais, vícios sanáveis, é obrigatória a realização da diligência.
- 9.7 Quaisquer inserções que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão neste Edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se na proposta o que não for conflitante com as disposições aqui contidas.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 10.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data, hora e no sítio eletrônico indicados no preâmbulo deste Edital.
- 10.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as empresas participantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 10.3 Caberá à empresa participante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 11.1 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando fundamentadamente e com registro no sistema aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 11.2 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, as quais participarão da fase de lance, iniciando-se a fase competitiva.
- 11.3 Será desclassificada a proposta **que identifique a empresa participante**.

12. DA FASE COMPETITIVA

- 12.1 Iniciada a etapa competitiva, as empresas participantes com propostas aceitas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e do valor do lance.
- 12.2 As empresas poderão, durante o horário fixado para o recebimento de lances, oferecer lances sucessivos, com valores inferiores ao último por eles ofertados e registrados no sistema, observados o horário fixado para abertura da sessão e regras estabelecidas neste Edital.
- 12.3 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva responsabilidade da empresa participante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 12.4 Durante o transcurso da sessão pública deste Pregão, as participantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais, vedada a identificação do detentor do lance
- 12.5 No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da sessão de lances do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às empresas participantes para a oferta dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 12.6 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão de lances do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 12.7 Neste Pregão, o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no art. 22, inciso I da Política de Compras da CBDU.
- 12.8 Caso a empresa participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ela ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

13. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 13.1 O critério de julgamento das propostas será o menor preço por item.
- 13.2 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar quanto ao preço, bem como quanto ao cumprimento da especificação do objeto.
- 13.3 **Não será aceita proposta ou lance em valor superior ao estimado.** Se o valor da proposta ou do lance final for superior ao valor estimado, o(a) Pregoeiro(a) convocará a empresa participante para adequar a sua oferta em **valor igual ou inferior ao do estimado.** Caso a empresa participante não aceite, será desclassificada e convocada a empresa participante subsequente.

14. DA NEGOCIAÇÃO

- 14.1 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá solicitar contraproposta diretamente à empresa participante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observando o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação. Não será admitido negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 14.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais empresas participantes.

15. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 15.1 O Pregoeiro convocará a empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar para enviar a Proposta

Financeira adequada ao último lance, no prazo de até 01 (uma) hora e, quando necessários, os documentos complementares à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

- 15.2 A empresa participante deverá encaminhar a documentação por meio da plataforma do sistema eletrônico em arquivo único, no prazo indicado no subitem 15.1, sob pena de não aceitação da proposta.
- 15.3 A empresa convocada deverá informar ao Pregoeiro, dentro do prazo previsto no subitem 15.1, caso enfrente dificuldade em atender à convocação. Neste caso, ser-lhe-á concedido um prazo adicional a critério do Pregoeiro.
- 15.4 Excepcionalmente, o Pregoeiro poderá disponibilizar o e-mail institucional, caso a empresa tenha dificuldades em anexar os arquivos ao sistema ou este não comporte o tamanho necessário.
- 15.5 As demais empresas participantes da sessão poderão solicitar ao Pregoeiro vistas aos arquivos enviados, nos termos do subitem 16.1, somente pelo e-mail selecao@cbdubrasil.org.br, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos após encerrado o prazo de envio da documentação.
- 15.6 Encerrado o prazo do subitem anterior, as vistas dos autos seguirão o descrito no subitem 18.11 deste Edital.
- 15.7 A proposta financeira a ser encaminhada após finalizada a fase de lances deverá conter as seguintes informações:
- a) prazo de validade, não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;
 - b) preços unitário e total de cada item e valor total, de acordo com as quantidades e os lances ofertados, em algarismos e por extenso (total), expressos em moeda corrente nacional (R\$). Vale destacar que a empresa deverá fazer constar apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula; Os valores ofertados não poderão conter dízimas;
 - c) declaração expressa, assinada pelo representante legal da empresa, de estarem inclusos nos preços propostos, material, taxas, fretes, impostos, seguros, tributos, transportes, encargos sociais e outras despesas vinculadas direta e indiretamente ao objeto deste Edital. Na falta de tal declaração, serão consideradas inclusas nos preços todas e quaisquer despesas necessárias e suficientes, oriundas do objeto deste processo seletivo.
 - d) o número deste processo seletivo, razão social da empresa participante, número de CNPJ, telefone, e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP; dados bancários para fins de pagamento, com a indicação do nome e número do banco, agência e conta corrente de titularidade da empresa participante, vinculada ao CNPJ constante da proposta;
- 15.8 Somente será aceita Proposta Financeira em papel timbrado da empresa participante, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa ou por seu procurador.

- 15.9 Caso o(a) Pregoeiro(a) interrompa a sessão na fluência do prazo de envio de proposta readequada ou documentos complementares, a contagem do referido prazo ficará suspensa até que a sessão seja retomada.
- 15.10 Caso haja o vencimento da validade da Proposta sem que o processo seletivo tenha sido homologada, adjudicada e o Contrato assinado, esta fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal da empresa participante, na data do vencimento da Proposta Financeira, caracterizando seu declínio em continuar no processo seletivo.
- 15.11 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 15.12 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como catálogos, folhetos, manuais ou prospectos, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu posterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 15.13 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados de tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado e deverão ser devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 15.14 Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 15.15 Os documentos remetidos por meio do sistema eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
- 15.16 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Compras, na Sede da CBDU, localizada no SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054.
- 15.17 Os documentos emitidos por cartório online poderão ser apresentados, desde que acompanhados de seus respectivos certificados digitais para conferência do Pregoeiro.
- 15.18 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da empresa participante, formulada antes do fim do prazo estabelecido e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 15.19 Verificar-se-á a conformidade da proposta com as exigências deste Edital, em relação às especificações técnicas, ao preço final ofertado, e, caso solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), aos documentos complementares encaminhados em via eletrônica, dentro do prazo concedido pela Pregoeira.
- 15.20 O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar manifestação ou parecer de técnicos pertencentes ao quadro da CBDU ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele a fim de orientar sua decisão quanto à adequação da proposta aos requisitos técnicos fixados neste Edital.

- 15.21 Erros e omissões existentes na proposta de preços poderão ser retificados pela empresa participante, após solicitação e/ou consentimento do(a) Pregoeiro(a), desde que o preço final ofertado não sofra acréscimo.
- 15.22 Poderá ser desclassificada a proposta preços manifestamente inexequíveis. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor total quanto os valores unitários estimados para cada item.
- 15.23 Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.
- 15.24 Caso o Pregoeiro entenda que o preço é inexequível, com base na realidade do mercado, deverá estabelecer prazo para que a empresa demonstre a exequibilidade de seu preço.
- 15.25 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 15.26 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a produtos e instalações de propriedade da própria empresa participante, para os quais ela renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.
- 15.27 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 15.28 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 15.29 Concluídos os procedimentos descritos neste Título, o(a) Pregoeiro(a) anunciará o resultado do julgamento da proposta, realizado com base no critério estabelecido neste Edital.
- 15.30 Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, a empresa participante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada no item 16 deste Edital.
- 15.31 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e declarada a empresa vencedora, o Pregoeiro consignará esta decisão em ata própria, que será disponibilizada no sistema eletrônico, encaminhando-se o processo à autoridade competente para homologação e adjudicação.

16. DA HABILITAÇÃO

- 16.1 Para fins de habilitação ao processo seletivo, as empresas participantes deverão apresentar os seguintes documentos:

16.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA, será comprovada mediante apresentação:

- a) cédula de identidade do representante legal da empresa ou de seu procurador, quando este for o signatário da proposta;
- b) prova de registro no órgão competente, no caso de empresário individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, compatível com o objeto desta licitação, devidamente registrado no órgão competente; e
- d) ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado.

16.3 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e a Municipal do domicílio ou da sede da empresa participante;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

16.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial**, expedida pelo cartório distribuidor da Sede da empresa participante, dentro do prazo de validade indicado no documento, ou datada dos últimos 180 (cento e oitenta) dias, se a validade não estiver expressa na certidão;
- b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao último exercício social, apresentados na forma da lei, que comprovem a situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b.1) os Balanços e as Demonstrações Contábeis deverão ser assinados por contador ou contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC;

b.2) o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis, no caso de pessoas jurídicas enquadradas ou que utilizam o SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), deverão ser apresentados através das demonstrações impressas a partir do SPED, acompanhadas da comprovação da entrega dos arquivos magnéticos perante a Receita Federal;

b.3) quando o Balanço Patrimonial apresentado for cópia do Diário Oficial, não há necessidade da assinatura do contador na cópia da publicação

- c) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- d) A comprovação de boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG, e Liquidez Corrente - LC, superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{I. Liquidez Geral (LG)} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$\text{II. Solvência Geral (SG)} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$\text{III. Liquidez Corrente (LC)} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- e) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

16.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA das empresas participantes deverá ser comprovada através de:

- a) Para fins de comprovação de qualificação técnica a empresa participante deverá comprovar mediante a apresentação de 01 (um) ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que fornece ou já forneceu a contento, serviços em características e quantidades iguais ou similares ao objeto deste processo seletivo.

a.1) O(s) atestado(s) deverá (ao) conter: a identificação da pessoa jurídica emitente; nome e cargo do signatário; endereço do emitente; período de vigência do contrato; objeto contratual compatível com este processo seletivo; outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação das experiências referenciadas

16.6 As empresas participantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

- a) Ficha de cadastro, conforme modelo – Anexo VII.
- b) Declaração de que a empresa possui implementado Manual de Compliance e Controle Interno, as empresas que não possuem manual de Compliance implementado, deverão apresentar declaração informando que não o possui – Anexo VIII.

16.7 A ausência das declarações indicadas no subitem 16.6, não resultará em desclassificação.

16.8 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, técnica, fiscal e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sistema de Cadastro de Fornecedor – SICAF.

16.9 Caso a empresa esteja com algum documento ou informação vencida ou não atualizada no SICAF, ser-

lhe-á assegurado o direito de encaminhar, na própria sessão, a documentação atualizada.

- 16.10 As documentações supracitadas deverão ser apresentadas na forma da lei vigente.
- 16.11 Documentos ou certidões que não contenham prazo de validade terão eficácia de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua emissão.
- 16.12 O (A) Pregoeiro(a) se reserva o direito de promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da lei, diligenciando contratos, editais, termos de referência, declarações, certidões, notas fiscais, dentre outros. No caso de documentos extraídos da internet, será facultado ao Pregoeiro realizar pesquisa para efeito de confirmação da veracidade ou validade desses.
- 16.13 A empresa participante fica obrigada a fornecer todos os esclarecimentos e informações que se façam necessários para que a CBDU se certifique da veracidade e autenticidade do conteúdo apresentado na documentação exigida no certame.
- 16.14 No caso de atestados de capacidade técnica, a recusa do emitente em prestar esclarecimentos e informações ou em fornecer documentos comprobatórios etc., desconstitui-lo-á e poderá configurar prática de falsidade ideológica.
- 16.15 Ensejará a inabilitação da empresa caso não seja possível a confirmação ou sejam insuficientes as informações quanto à regularidade fiscal da empresa participante obtidas através de diligências via internet.
- 16.16 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos neste Edital.
- 16.17 Caso não tenham sido atendidas as exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) declarará a empresa participante inabilitada e convocará a autora do melhor preço subsequente, dentre as empresas participantes classificadas, repetindo os procedimentos, até que se logre a habilitação da empresa participante que tenha atendido todas as exigências para essa finalidade.
- 16.18 É de exclusiva responsabilidade das empresas participantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.
- 16.19 Será inabilitada a empresa participante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 16.20 A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos do processo administrativo e não será devolvida à empresa participante.

17. DO ENCAMINHAMENTO DOS DOCUMENTOS ORIGINAIS DA PROPOSTA VENCEDORA E DOS DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS

- 17.1 A empresa participante classificada em primeiro lugar ao final da fase de lances, quando convocada pelo(a) Pregoeiro(a), deverá encaminhar **a proposta de preços ajustada ao lance final, e todas as documentações exigida para habilitação, constante no item 16**, em original ou fotocópia autenticada por cartório, ou publicação em órgão da imprensa oficial, no prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a) via chat do Sistema BBMNET no prazo não inferior a 05 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação, para o seguinte endereço: **SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054.**
- 17.2 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 18.1 Declarado o vencedor, qualquer empresa participante poderá, no prazo de 30 (trinta) minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer, de modo objetivo e conciso.
- 18.1.1. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou rejeitando-a, motivadamente, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 18.1.2. Nesse momento o (a) Pregoeiro (a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 18.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias úteis, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 18.3 As demais empresas participantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, via sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data final do prazo da recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 18.4 A ausência de manifestação imediata e motivada da empresa participante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto neste Título, importará na decadência desse direito, e o(a) Pregoeiro(a) estará autorizado(a) a adjudicar o objeto à empresa participante declarada vencedora.
- 18.5 O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo, nos casos de julgamento da proposta e habilitação ou inabilitação da empresa participante, nos termos da Política de Compras da CBDU.
- 18.6 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.
- 18.7 Caso não reconsidere sua decisão, o(a) Pregoeiro(a) submeterá o recurso devidamente informado à

consideração da autoridade competente para fins de decisão.

- 18.8 Em caso de não ser aceita a manifestação quanto à intenção de recurso, por falta de fundamentação, ou se não ocorrerem manifestações formais no sentido de interpor recurso, caberá ao (a) Pregoeiro(a) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente para homologação.
- 18.9 Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 18.10 Não serão conhecidos os recursos interpostos, sem manifestação prévia, em formulário próprio, no ato da sessão pública e, fora dos respectivos prazos legais, bem como os que não contiverem a identificação ou assinatura do responsável legal ou representante da empresa.
- 18.11 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da CBDU, no seguinte endereço: SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, no horário das 9h às 17h30, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.
- 18.12 Caso a empresa classificada em primeiro lugar seja desclassificada, depois de julgados os recursos interpostos e até a homologação/adjudicação do processo seletivo, será procedida a chamada das empresas remanescentes, na ordem de classificação, para que a segunda classificada, desde que preencha as condições de habilitação, seja declarada vencedora, nas condições de sua proposta financeira.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 19.1 O objeto deste Pregão será adjudicado às vencedoras pelo (a) Pregoeiro(a), salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Presidente da CBDU.
- 19.2 A homologação deste Pregão compete ao Presidente da CBDU.

20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

- 20.1 Homologado o resultado do processo seletivo, a CBDU convocará a empresa vencedora e, se houver, as empresas que manifestarem intenção de registro adicional em formação de cadastro de reserva para assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos de sua Minuta (Anexo III), conforme dispõe a Política de Compras da CBDU.
- 20.2 Desde que restem interessados, não haverá inviabilidade ou cancelamento da Ata de Registro de Preços caso qualquer das empresas convocadas não compareça, recuse ou desista de assiná-la. Destaque-se que essa medida não impede a aplicação das punições previstas na legislação pertinente.
- 20.3 A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento dos serviços nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

- 20.4 A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste processo seletivo será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada até o limite máximo previsto na Política de Compras da CBDU, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço atualizado se mantém vantajoso.
- 20.5 Prorrogada a Ata de Registro de Preço, ficam restabelecidos os termos e as condições iniciais da ata, inclusive quantitativos.
- 20.6 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a CBDU não estará obrigado a adquirir o objeto registrado, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outro processo seletivo quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao fornecedor. Entretanto, fica assegurada ao beneficiário do registro a preferência de prestação de serviço em igualdade de condições.
- 20.7 A Ata de Registro de Preço poderá ser acrescida conforme percentual previsto na Política de Compras da CBDU, mediante acordo entre as partes.
- 20.8 A Ata somente será reajustada durante a sua vigência se a adjudicatária comprovar a alteração dos preços registrados e houver a devida verificação, pela CBDU, de que o novo preço está de acordo com o mercado.
- 20.9 O valor registrado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento da Ata em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.
- 20.10 A Ata de Registro de Preços com a vencedora não será assinada se esta não cumprir as condições legais de documentação exigida ou por motivo de força maior que inviabilize a prestação do serviço.
- 20.11 A CBDU poderá, até a assinatura da Ata, desclassificar a empresa vencedora, por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver informação fundada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento do processo seletivo, que desabone sua qualificação técnica, habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira ou regularidade fiscal.
- 20.12 Para que a Proposta Financeira da vencedora seja incorporada à Ata de Registro de Preços, os erros porventura existentes em suas planilhas deverão ser corrigidos.
- 20.13 Para efeito de interpretações de divergências entre os documentos apresentados, fica estabelecida a competência da fiscalização da CBDU.
- 20.14 A empresa contratada será responsável pelo fornecimento e deverá cumprir as determinações referentes às Leis Trabalhistas e à Previdência Social, não respondendo a CBDU perante fornecedores ou terceiros, nem assumindo quaisquer responsabilidades por multas, salários ou indenizações a terceiros.

decorrentes do objeto deste processo seletivo.

21. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 21.1 A Confederação Brasileira do Desporto Universitário -CBDU, é o Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do processo seletivo para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente.
- 21.2 As obrigações relativas ao objeto serão formalizadas por meio de Contrato ou outro documento equivalente e, caso o fornecedor não cumpra as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital e seus Anexos.
- 21.3 Comprovada a hipótese do subitem anterior, a CBDU poderá indicar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.
- 21.4 Após a publicação da Ata de Registro de Preços e sua divulgação no site www.cbdu.org.br e www.novobbmnet.com.br, poderá utilizar-se da ata de registro de preços qualquer federação e confederação que não tenha participado do processo seletivo, mediante prévia consulta à Confederação Brasileira do Desporto Universitário – Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Política de Compras da CBDU.
- 21.5 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 21.6 As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- 21.7 O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme a Política de Compras da CBDU.
- 21.8 O fornecedor beneficiário se obriga a manter, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste processo seletivo.
- 21.9 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à CBDU promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

22. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 22.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada a qualquer tempo, mediante comunicação expressa da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo, neste caso, qualquer indenização às partes.
- 22.2 O Fornecedor terá seu Registro de Preços cancelado na Ata:
- a) a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - b) por iniciativa da CBDU, quando:
 - b.1) o fornecedor descumprir as condições assumidas na Ata de Registro de Preços,
 - b.2) o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - b.3) quando, justificadamente, não for mais do interesse da CBDU.
- 22.3 Em qualquer das hipóteses previstas nas condições acima, concluído o processo, a CBDU fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará ao Fornecedor Beneficiário e aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

23. DA CONTRATAÇÃO

- 23.1 A detentora da Ata será convocada para assinatura do contrato, nos termos do Anexo IV, dentro do prazo de 3 (três) dias, sob pena de decair o direito à contratação e sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 23.2 O prazo de convocação para assinatura poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CBDU.
- 23.3 A adjudicatária deverá observar a regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira também para assinatura do Contrato e Ata de Registro de Preços.
- 23.4 No ato da contratação, se for o caso, a empresa deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da adjudicatária.
- 23.5 A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato ou outro documento equivalente implicará nas penalidades previstas no item 25 deste Edital, podendo a CBDU convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para formalização da contratação nas condições de suas propostas, limitada ao valor

estimado e sua eventual atualização, nos termos deste Edital, ou revogar o presente certame, independentemente da aplicação de qualquer sanção.

- 23.6 O Contrato não sofrerá qualquer tipo de reajustamento de preços no primeiro ano de sua vigência, salvo por disposições legais.
- 23.7 Havendo interesse na renovação, o valor contratado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento do Contrato em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.
- 23.8 A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, de comum acordo, por períodos iguais e sucessivos, até o limite previsto na Política de Compras da CBDU.
- 23.9 De acordo com a legislação vigente, o Contrato poderá sofrer acréscimos, de acordo com a necessidade da CBDU, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor da global atualizado do contrato, mediante justificativa e termo aditivo. As supressões poderão ser realizadas nos limites estabelecidos entre as partes.
- 23.10 A empresa contratada não poderá subcontratar o objeto do presente processo seletivo, no todo ou parcialmente, sem expressa autorização da CBDU.
- 23.11 O Contrato com a vencedora não será assinado se esta não cumprir as condições legais de documentação exigida ou por motivo de força maior que inviabilize o fornecimento do produto.
- 23.12 É facultado à CBDU, no caso de desistência da vencedora após a homologação/adjudicação do processo seletivo, convocar a empresa remanescente classificada, obedecida a ordem de classificação, para o fornecimento do objeto no prazo e nas mesmas condições financeiras constantes da Proposta Financeira anteriormente declarada vencedora. Poderá também, se for o caso, revogar a licitação, independentemente da aplicação de qualquer sanção.
- 23.13 A CBDU poderá, até a assinatura do Contrato, desclassificar a vencedora ou, após a assinatura do contrato, rescindir o contrato, por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver informação fundada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento do processo seletivo, que desabone sua qualificação técnica, habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira ou regularidade fiscal.
- 23.14 Para que a Proposta Financeira da vencedora seja incorporada ao Contrato, os erros porventura existentes deverão ser corrigidos.
- 23.15 Para efeito de interpretações de divergências entre os documentos contratuais, fica estabelecida a competência da fiscalização da CBDU.

23.16 A empresa contratada será responsável pelo fornecimento, não respondendo a CBDU perante fornecedores ou terceiros, nem assumindo quaisquer responsabilidades por multas, salários ou indenizações a terceiros decorrentes do objeto deste processo seletivo.

24. DO PAGAMENTO

24.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do material, apresentação da nota fiscal e aceite pelo fiscal do contrato.

24.2 Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a) Atestação de conformidade da entrega do(s) produtos;
- b) Comprovação de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- c) Comprovação de regularidade com às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

24.3 O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada.

24.4 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

24.5 Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua (re)apresentação, devidamente regularizadas.

24.6 A CBDU se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

24.7 A CBDU poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

25. DA SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1 A empresa que atrapalhar o andamento do certame, a exemplo de não responder aos chamados no chat ou não enviar a documentação exigida pelo Pregoeiro, será desclassificada e poderá estar sujeita à advertência, cumulada ou não com multa de até 3% (três por cento) do valor estimado para a presente contratação, a depender da gravidade da conduta da empresa.

26.1.1. No caso de aplicação da penalidade mencionada no subitem anterior, a empresa será notificada para apresentar defesa, em obediência ao princípio do contraditório.

25.2 Às empresas participantes que ensejarem o retardamento da execução do processo seletivo, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo

inidôneo, apresentarem documentação ou declaração falsa, cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, sanções previstas em lei, sem prejuízo da reparação dos danos causados à CBDU.

25.3 A CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pelo CBDU, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de:

1. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor atualizado do contrato, limitada a incidência a 05 (cinco) dias. Após o 5º (quinto) dia e a critério do CBDU, no caso de cumprimento com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
2. 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato, em caso de atraso no cumprimento, por período superior ao previsto no item "a", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
3. 30% (trinta por cento) sobre o valor atualizado do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, não estando prejudicada a adoção dos procedimentos necessários para a devolução do montante pago à CONTRATADA;
4. Nos casos previstos nos itens acima a multa será acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês até a data do efetivo pagamento;

c) Suspensão temporária de participar de processo seletivo perante a CBDU;

d) Declaração de inidoneidade da CONTRATADA para contratar com a CBDU, em função da natureza ou gravidade da falta cometida, sem prejuízo da aplicação das multas;

25.4 As sanções de multa poderão ser aplicadas à CONTRATADA em concomitância com a sanção de advertência, declaração de inidoneidade, e/ou suspensão temporária para licitar com a CBDU, descontando o prejuízo apurado do pagamento a ser efetuado, se for o caso.

25.5 As penalidades previstas neste edital não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

25.6 Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à CONTRATADA e publicação no Diário Oficial, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

25.7 As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pelo CONTRATANTE.

25.8 Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela CBDU ou cobrados diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente.

26. DA PROTEÇÃO DE DADOS

26.1 A CBDU declara que todos os dados pessoais coletados para os fins da execução deste edital serão tratados em conformidade com os princípios e direitos previstos pela Lei Federal n. 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados") e com a Política Interna de Proteção de Dados da CBDU.

27.1.1. O tratamento dos dados pessoais coletados será realizado pelo período que durar a vigência do Edital, após o qual serão permanentemente excluídos.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da empresa vencedora, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

a) As exigências previstas no Termo de Referência e seus anexos, não elencadas para a aceitabilidade de proposta de preço e a habilitação da empresa participante, deste edital, não serão levadas a efeito para fins de processo seletivo, podendo a CBDU solicitar-lhes o cumprimento como condição de contratação.

27.2 A CBDU reserva-se o direito de revogar ou cancelar o presente processo seletivo na forma prevista em lei, sem que caiba à(s) empresa(s) direito à indenização ou reclamação de qualquer espécie.

27.3 O Pregoeiro, a qualquer tempo, antes da data de apresentação das propostas, poderá proceder às alterações concernentes a este processo seletivo, enviando o correspondente adendo aos interessados que tenham retirado o Edital e proceder a sua publicação no site da CBDU e BBMNET. Também é facultado ao Pregoeiro, caso necessário, prorrogar a data de abertura do certame.

27.4 Sob nenhum pretexto serão recebidas propostas em desacordo com o Edital, seus Anexos e adendos, caso existam, bem como aquelas que não forem entregues conforme as normas de apresentação e prazos ali determinados.

27.5 Na contagem dos prazos estabelecidos, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento.

27.6 A participação neste processo seletivo implica conhecimento e aceitação integral deste Edital, seus Anexos e adendos, caso haja, bem como a observância de regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

27.7 A empresa participante que apresentar proposta estará vinculada a ela e se responsabilizará pela entrega dos produtos nas condições oferecidas.

27.8 É facultado ao Pregoeiro suspender a sessão sempre que necessário, devendo informar as razões da suspensão às empresas participantes, sempre que possível.



28. ANEXOS

28.1 São partes integrantes deste Edital os anexos abaixo:

Anexo I	Termo de referência
Anexo II	Planilha de composição de preços (Modelo de proposta)
Anexo III	Modelo de declaração de inexistência de fatos impeditivos, de que nao emprega menores e de que atende a todas as exigências do edital.
Anexo IV	Modelo de atestado de capacidade técnica
Anexo V	Ficha de cadastro do fornecedor
Anexo VI	Modelo de declaração de implementação de manual de compliance
Anexo VII	Minuta da ata de registro de preço
Anexo VIII	Minuta do Contrato

29. DO FORO

29.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Brasília/DF, 19 de fevereiro de 2024.

Luciano Atayde Costa Cabral

Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Universitário

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

- 1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de frete para transporte de materiais/equipamentos, para atender as necessidades da CBDU, conforme quantidades, condições e especificações constantes neste documento:

ITEM 01
<u>Evento: JUBs Futebol, Futebol 7, Rugby 7 e X2 2024</u>
<u>Período de: 31/03/2024 a 07/04/2024</u>
<u>Cidade: RECIFE / PE</u>
<u>Local: A definir na região metropolitana de Recife/PE</u>
<u>Descritivo</u>
01 Caminhão Trucado com carroceria Baú de no mínimo 11mts de comprimento com motorista e 01 ajudante para transporte de materiais diversos durante todo o período da locação. Percurso: Saindo de Brasília/DF para região metropolitana de Recife/PE Saída: Dia 25/03 Retorno: retornando para a Brasília pós evento no dia 07/04; Caminhão e carroceria com ano de fabricação não anterior a 2015; Haverá deslocamento interno na cidade de Recife/PE para montagem das estruturas esportivas em locais a serem definidos durante o período de locação.
ITEM 02
<u>Evento: JUBs Atléticas 2024</u>
<u>Período de: 29/05/2024 a 02/06/2024</u>
<u>Cidade: LAURO DE FREITAS / BA e SALVADOR / BA</u>
<u>Local: A definir na região metropolitana de Salvador/BA</u>
<u>Descritivo</u>
01 Caminhão Trucado com carroceria Baú de no mínimo 11mts de comprimento com motorista e 01 ajudante para transporte de materiais diversos durante todo o período de locação. Percurso: Saindo de Brasília/DF para região metropolitana de Salvador/BA. Saída: Dia 24/05 Retorno: retornando para a Brasília pós evento no dia 03/06; Caminhão e carroceria com ano de fabricação não anterior a 2015; Haverá deslocamento interno na região metropolitana de Salvador/BA para montagem das estruturas esportivas em locais a serem definidos durante o período de locação.
ITEM 03
<u>Evento: JUBs PRAIA 2024 e CAMPEONATO MUNDIAL UNIVERSITÁRIO DE BEACH SPORTS</u>
<u>Período de: 19/08/2024 a 08/09/2024</u>
<u>Cidade: RIO DE JANEIRO / RJ</u>
<u>Local: A definir na região metropolitana do Rio de Janeiro/RJ</u>
<u>Descritivo</u>

02 Caminhões Trucados com carroceria Baú de no mínimo 11mts de comprimento com motoristas e 01 ajudante para transporte de materiais diversos durante todo o período de locação.

Percurso: saindo de Brasília/DF para região metropolitana do Rio de Janeiro/RJ.

Saída: Dia 12/08

Retorno: retornando para Brasília/DF após o término dos eventos no dia 10/09;

Caminhão e carroceria com ano de fabricação não anterior a 2015;

Haverá deslocamento interno na cidade de Rio de Janeiro/RJ para montagem das estruturas esportivas em locais a serem definidos durante o período de locação;

Será necessário que 01 (um) dos caminhões esteja à disposição ao longo de todo período de estadia no Rio de Janeiro/RJ, a fim de ser utilizado como suporte.

ITEM 04

Evento: JUBs BRASÍLIA 2024

Período de: 08/10/2024 a 21/10/2024

Cidade: BRASÍLIA / DF

Local: Locais a Definir

Descritivo

01 Caminhão Trucado com carroceria Baú de no mínimo 11mts de comprimento com motoristas e 01 ajudante para transporte de materiais diversos durante todo o período de locação.

Percurso: entre os dias 05/10 a 21/10, com locais de origem e retorno a serem definidos posteriormente;

Caminhão e carroceria com ano de fabricação não anterior a 2015;

Haverá deslocamento interno na região metropolitana de Brasília/DF para montagem das estruturas esportivas em locais a serem definidos durante o período de locação;

Será necessário que os caminhões estejam à disposição ao longo de todo período de estadia em Brasília/DF, a fim de ser utilizado como suporte.

ITEM 05

Evento: JUBs BRASÍLIA 2024

Período de: 08/10/2024 a 21/10/2024

Cidade: BRASÍLIA / DF

Local: Locais a Definir

Descritivo

02 Vans Furgão cargo com motorista para transporte de materiais diversos necessários para o evento dentro de Brasília/DF e cidades satélites do DF, no período de 08 a 21/10.

Veículo com ano de fabricação não anterior a 2015.

- 1.2. Os serviços se referem ao transporte rodoviário interestadual de cargas sob demanda, em caminhão fechado, tipo Baú, compreendendo os serviços de carregamento e descarregamento de materiais/equipamentos diversos necessários para o evento, no trecho designado pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU, conforme descritivo constante no subitem 1.1.
- 1.3. Na hora do carregamento e descarregamento dos materiais no galpão da CBDU, serão necessários 03 (três) ajudantes para realizar o serviço, sempre deixando os materiais organizados conforme foram retirados, com a orientação do responsável do almoxarifado local.
- 1.4. Para a execução dos serviços a CONTRATADA utilizará veículo que se encontre em perfeito estado de

manutenção, conservação, limpeza e segurança, obedecidas todas as normas correlatas do Poder Público.

- 1.5. A empresa CONTRATADA deverá apresentar apólice de seguro de toda a carga no valor total de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), antes do início da viagem.
- 1.6. Caberá ao encarregado designado para o recebimento rejeitar qualquer veículo que não esteja de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, bem como determinar o prazo para substituição do automóvel eventualmente fora das especificações.
- 1.7. O veículo deverá possuir seguro total e isento de franquia, licença anual em dia e estar em perfeito estado de conservação.
 - 1.7.1. Entende-se por isento de franquia o uso do seguro sem que a CONTRATANTE tenha que assumir qualquer desembolso ou ressarcimento em caso de sinistro.
- 1.8. A CONTRATADA deverá proceder com a substituição imediata do veículo defeituoso por outro igual ou similar.
- 1.9. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 1.10. A empresa contratada deverá cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e local de realização de cada serviço constante na Ordem de Serviço ou documento similar.
- 1.11. No valor proposto pela CONTRATADA para execução do serviço deverão ser observadas todas às especificações do serviço, bem como às exigências legais determinadas para o objeto contratado.
- 1.12. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco na elaboração de sua proposta, devendo complementar os custos e despesas para que o serviço seja prestado na mesma qualidade exigida nas especificações, condição para que a execução do objeto contratado seja considerada satisfatória.

2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1. A presente contratação se dá pela necessidade do transporte dos materiais/equipamentos para atender os eventos promovidos pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU, responsável pela gestão e organização das competições e eventos esportivos entre universitários de todo país.

3. DA MODALIDADE

- 3.1. A contratação deverá adotar a modalidade Pregão, considerando que se trata de serviços comuns,

definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado, no tipo menor preço.

- 3.2. Optou-se pelo prosseguimento da utilização do modelo de Sistema de Registro de Preços – SRP nesta contratação, visto que a natureza do fornecimento exige entrega por demanda sem que seja possível estabelecer previamente o quantitativo exato para o atendimento das necessidades para os eventos.

4. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 4.1. Os atos administrativos pertinentes ao processo seletivo reger-se-ão pelas normas e princípios contidos na Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário.

5. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 5.1. O serviço de retirada dos materiais/equipamentos para carregamento e descarregamento ocorrerão nos locais indicados no subitem 1.1 deste Termo de Referência.
- 5.2. Os locais onde os materiais/equipamentos deverão ser descarregados/carregados serão informados pela CBDU.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. São obrigações da Contratante:

- a) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA e proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações;
- b) efetuar o pagamento da contratada no prazo determinado no Edital e em seus anexos, inclusive, no contrato;
- c) rejeitar, no todo ou em parte, os itens que a contratada entregar fora das especificações do Edital;
- d) fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;
- e) notificar, por escrito à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

- 6.2. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço e, ainda:

- a) assumir os encargos decorrentes da execução do ajuste, tais como: obrigações civis, trabalhistas,

- fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;
- b) entregar os serviços de acordo com as especificações descritas neste instrumento, zelar pela qualidade do serviço entregue e pelos prazos determinados para a execução dos serviços ora contratados;
 - c) não transferir a outrem, caucionar ou utilizar o objeto contratado para qualquer outra operação financeira, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena e incorrer nas sanções previstas na Política de Compras da CBDU;
 - d) manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste processo de seleção.
 - e) substituir ou reparar os veículos que, comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações deste termo e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou má qualidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados da sua notificação.
 - f) responder aos questionamentos e atender a Contratante de imediato ou até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação, seja por qualquer via, inclusive e-mail ou telefone.
 - g) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralização de qualquer natureza.
 - h) indicar responsável da empresa para tratar com a CBDU.
 - i) observar todos os procedimentos técnicos e legais necessários para a realização dos serviços, objeto do contrato.
 - j) acompanhar e fiscalizar a prestação de serviço integralmente.
 - k) entregar os materiais/serviços no local indicado pela CBDU, assumindo todas as despesas do transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações, inclusive despesas de manutenção, combustível e operação.
 - l) prestar o serviço em conformidade com as condições acordadas, cumprindo rigorosamente todas as programações e prazos, assim como prestar quaisquer informações e esclarecimentos, pertinentes ao serviço contratado, que venham a ser solicitados pelo contratante.
 - m) responsabilizar-se financeira e administrativamente, durante todas as etapas de prestação dos serviços, pelo transporte, hospedagem e alimentação de seus empregados, cujos valores já deverão estar inclusos no valor total da proposta.
 - n) recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, profissionais, especialistas e técnicos necessários para execução dos serviços, cabendo-lhe todos os pagamentos, inclusive dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, observando a legislação vigente sem qualquer ônus adicional ao Contratante, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a mesma.
 - o) substituir empregados, caso seja necessário, durante a execução dos serviços.
 - p) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CBDU ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
 - q) manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito.
 - r) responsabilizar-se pelo transporte e a descarga dos produtos nos locais designados, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

CONTRATUAIS

8.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto do Contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão e aplicação das sanções administrativas cabíveis, salvo nos casos autorizados pela CBDU.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. A fiscalização do contrato caberá ao profissional designado como Fiscal do Contrato, que manterá contato com o preposto a ser indicado pela Contratada. O fiscal se reserva o direito de rejeitar qualquer produto da Contratada, que não esteja em conformidade ou não correspondendo ao padrão preestabelecido.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do serviço, apresentação da nota fiscal e aceite pelo fiscal do contrato.

10.2. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a) Atestação de conformidade da entrega do(s) materiais;
- b) Comprovação de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- c) Comprovação de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.3. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada.

10.4. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

10.5. Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua (re)apresentação, devidamente regularizadas.

10.6. A CBDU se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

10.7. A CBDU poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para apresentação

das propostas.

- 11.2. Havendo interesse na renovação, o valor contratado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento da vigência contratual em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.

12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 12.1. O critério de julgamento será menor preço por item.

13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 13.1. As exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme a ser disciplinado no edital.
- 13.2. Para fins de comprovação de qualificação técnica a empresa participante deverá comprovar mediante a apresentação de 01 (um) ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem que a empresa participante já forneceu ou fornece, a contento, serviços compatíveis, em características e quantidades, ao objeto do processo seletivo.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Às empresas participantes que ensejarem o retardamento da execução do processo seletivo, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, apresentarem documentação ou declaração falsa, cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, sanções previstas em lei, sem prejuízo da reparação dos danos causados à CBDU.
- 14.2. A CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pelo CBDU, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia defesa, às seguintes penalidades:
- a) Advertência;
 - b) Multa de:
 - 1. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor atualizado do contrato, limitada a incidência a 05 (cinco) dias. Após o 5º (quinto) dia e a critério do CBDU, no caso de cumprimento com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 2. 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato, em caso de atraso no cumprimento, por período superior ao previsto no item "a", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

3. 30% (trinta por cento) sobre o valor atualizado do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, não estando prejudicada a adoção dos procedimentos necessários para a devolução do montante pago à CONTRATADA;
4. Nos casos previstos nos itens acima a multa será acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês até a data do efetivo pagamento;
 - c) Suspensão temporária de participar de processo seletivo perante a CBDU;
 - d) Declaração de inidoneidade da CONTRATADA para contratar com a CBDU, em função da natureza ou gravidade da falta cometida, sem prejuízo da aplicação das multas;

14.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à CONTRATADA em concomitância com a sanção de advertência, declaração de inidoneidade, e/ou suspensão temporária para licitar com a CBDU, descontando o prejuízo apurado do pagamento a ser efetuado, se for o caso.

14.4. As penalidades previstas neste edital não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

14.5. Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à CONTRATADA e publicação no Diário Oficial, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

14.6. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pelo CONTRATANTE.

14.7. Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela CBDU ou cobrados diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Em caso de rescisão do contrato que vier a ser assinado, a CBDU poderá convocar a participante que tiver o melhor preço subsequente neste processo de seleção, sem que caiba ao vencedor nenhuma cobrança de eventuais despesas realizadas pelas obrigações assumidas até a data da rescisão.

ALESSANDRO BATTISTE GOMES
Diretor de Esportes e Eventos

ANEXO II

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS - MODELO DE PROPOSTA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024

Pela presente, submetemos à apreciação de V.Sa., a nossa proposta de preço relativa ao processo seletivo PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024-CBDU, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma, bem como concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital, e declaramos, ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os serviços e/ou fornecimento dos produtos, e que atendemos plenamente às exigências de habilitação.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PARTICIPANTE (os dados de identificação da empresa participante só devem constar em sua proposta final, após a etapa de lances):

- a. RAZÃO SOCIAL:
- b. CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
- c. REPRESENTANTE E CARGO:
- d. CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:
- e. ENDEREÇO e TELEFONE:

MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

ITEM 01	Quant.	Unitário	Total
Evento: JUBs Futebol, Futebol 7, Rugby 7 e X2 2024			
Período de: 31/03/2024 a 07/04/2024			
Cidade: RECIFE / PE			
Local: A definir na região metropolitana de Recife/PE			
Descritivo			
01 Caminhão Trucado com carroceria Baú de no mínimo 11mts de comprimento com motorista e 01 ajudante para transporte de materiais diversos durante todo o período da locação.			
Percurso: Saindo de Brasília/DF para região metropolitana de Recife/PE			
Saída: Dia 25/03			
Retorno: retornando para a Brasília pós evento no dia 07/04;			
Caminhão e carroceria com ano de fabricação não anterior a 2015;			
Haverá deslocamento interno na cidade de Recife/PE para montagem das estruturas esportivas em locais a serem definidos durante o período de locação.			
ITEM 02			
Evento: JUBs Atléticas 2024			
Período de: 29/05/2024 a 02/06/2024			
Cidade: LAURO DE FREITAS / BA e SALVADOR / BA			
Local: A definir na região metropolitana de Salvador/BA			
Descritivo			
01 Caminhão Trucado com carroceria Baú de no mínimo 11mts de comprimento com motorista e 01 ajudante para transporte de materiais diversos durante todo o período de locação.			
Percurso: Saindo de Brasília/DF para região metropolitana de Salvador/BA.			

Saída: Dia 24/05 Retorno: retornando para a Brasília pós evento no dia 03/06; Caminhão e carroceria com ano de fabricação não anterior a 2015; Haverá deslocamento interno na região metropolitana de Salvador/BA para montagem das estruturas esportivas em locais a serem definidos durante o período de locação.			
ITEM 03			
Evento: JUBs PRAIA 2024 e CAMPEONATO MUNDIAL UNIVERSITÁRIO DE BEACH SPORTS			
Período de: 19/08/2024 a 08/09/2024			
Cidade: RIO DE JANEIRO / RJ			
Local: A definir na região metropolitana do Rio de Janeiro/RJ			
Descritivo			
02 Caminhões Trucados com carroceria Baú de no mínimo 11mts de comprimento com motoristas e 01 ajudante para transporte de materiais diversos durante todo o período de locação.			
Percurso: saindo de Brasília/DF para região metropolitana do Rio de Janeiro/RJ.			
Saída: Dia 12/08			
Retorno: retornando para Brasília/DF após o término dos eventos no dia 10/09;			
Caminhão e carroceria com ano de fabricação não anterior a 2015;			
Haverá deslocamento interno na cidade de Rio de Janeiro/RJ para montagem das estruturas esportivas em locais a serem definidos durante o período de locação;			
Será necessário que 01 (um) dos caminhões esteja à disposição ao longo de todo período de estadia no Rio de Janeiro/RJ, a fim de ser utilizado como suporte.			
ITEM 04			
Evento: JUBs BRASÍLIA 2024			
Período de: 08/10/2024 a 21/10/2024			
Cidade: BRASÍLIA / DF			
Local: Locais a Definir			
Descritivo			
01 Caminhão Trucado com carroceria Baú de no mínimo 11mts de comprimento com motoristas e 01 ajudante para transporte de materiais diversos durante todo o período de locação.			
Percurso: entre os dias 05/10 a 21/10, com locais de origem e retorno a serem definidos posteriormente; Caminhão e carroceria com ano de fabricação não anterior a 2015;			
Haverá deslocamento interno na região metropolitana de Brasília/DF para montagem das estruturas esportivas em locais a serem definidos durante o período de locação;			
Será necessário que os caminhões estejam à disposição ao longo de todo período de estadia em Brasília/DF, a fim de ser utilizado como suporte.			
ITEM 05			
Evento: JUBs BRASÍLIA 2024			
Período de: 08/10/2024 a 21/10/2024			
Cidade: BRASÍLIA / DF			
Local: Locais a Definir			
Descritivo			
02 Vans Furgão cargo com motorista para transporte de materiais diversos necessários para o evento dentro de Brasília/DF e cidades satélites do DF, no período de 08 a 21/10.			
Veículo com ano de fabricação não anterior a 2015.			

CONDIÇÕES GERAIS

Neste preço estão incluídas todas as despesas para a prestação dos serviços na forma discriminada no termo de referência.

Nos valores acima elencados e para a apresentação desta proposta, foram consideradas



todas as informações e condições constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº. XX/2024 e seus Anexos.

O valor constante da Proposta Financeira está de acordo com os preços praticados no mercado e foram considerados todos os custos diretos e indiretos, inclusive frete, tributos e/ou taxas, impostos, encargos sociais e trabalhistas incidentes, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Dados Bancários:

Banco: Agência nº: Conta Corrente nº:

A proponente declara que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa n. 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE
(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO, DE NÃO EMPREGO DE MENORES E DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO EDITAL.

Referência: Pregão Eletrônico nº XXX/2024

A empresa _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que:

1. Em cumprimento ao disposto na Política de Compras da CBDU, cumpre plenamente os requisitos para habilitação fixados no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2024, portanto, apta a participar do certame;
2. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no processo seletivo em epígrafe, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em conformidade com a Política de Compras da CBDU;
3. Não emprega menores com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado menor de 16 (dezesesseis) anos, para fins do disposto na Política de Compras da CBDU, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

RESSALVA: Emprega menor(es), a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Observação: Preencher a ressalva acima, caso empregue menor na condição de “menor aprendiz”.

4. Que não se encontra inidônea e impedida de licitar e contratar com a administração pública ou, com a CBDU.
5. Conhecemos a responsabilidade quanto ao pagamento de taxa à Bolsa Brasileira de Mercadorias pela utilização de recursos de tecnologia da informação.

Local e Data

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)
O número do CNPJ deverá ser o mesmo da empresa participante.



ANEXO IV

MODELO DE ATESTADO (OU DECLARAÇÃO) DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos (ou declaramos) que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida no (a) _____, fornece (ou forneceu) _____ para este órgão (ou para esta empresa).

Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.


Local e data

Assinatura e carimbo do emissor



ANEXO V

FICHA DE CADASTRO DE FORNECEDOR

		CADASTRO DE FORNECEDOR	
Fornecedor:	<input type="checkbox"/> Bens <input type="checkbox"/> Serviços <input type="checkbox"/> Ambos		
CNPJ/CPF:			
Razão Social:			
Endereço:			
Bairro:			
Cidade:			
UF:			
CEP:			
Telefone:			
FAX:			
E-mail:			
Responsável para Contato:			
Telefone do Responsável:			
E-mail do Responsável:			
Banco:	Agencia:	Conta Corrente:	
Inscrição Estadual:			
Inscrição Municipal:			
Atividade Econômica:			
Cooperativa:	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Empresa Simples ou Retenções?			
Empresa Simples:	Sim	Não	
(se sim, favor anexar a NF carta optante) (se não, preencher OS campos abaixo:)			
INSS:	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Isento-Nº Inscrição
ISS:	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
IR:	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
PIS:	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
COFINS:	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
CSLL	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Outras:			
OBS:			
Declaro serem verídicas as informações acima.			
Assinatura e nome do representante legal:			



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO

Utilizar preferencialmente papel timbrado

Local, data.

DECLARAÇÃO DE MANUAL DE COMPLIANCE

A empresa XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, sociedade limitada/anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/0004-xx, com sede na xxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr. (nome do profissional), inscrito no CPF sob o nº (número do CPF), vem, através da presente declarar que possui () manual de compliance (política anticorrupção) implementado junto a funcionários e colaboradores ou, () não possui manual de compliance implementado junto a funcionários e colaboradores.

Representante Legal
(Nome e cargo do representante legal da empresa)
Nome da Empresa



ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2024 – CBDU

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2024 – CBDU/DF

Pelo presente instrumento, a **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO – CBDU**, associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 42.467.787/0001-46, com sede na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, , doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado por seu Presidente **LUCIANO ATAYDE COSTA CABRAL**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na **Política de Compras da CBDU**, para atender as demandas da **CBDU**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual **contratação de empresa especializada na prestação de serviço de frete para transporte de materiais/equipamentos**, visando atender as necessidades da CBDU, estando vinculada a ela todas as regras, condições e demais anexos que compõem o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº XX/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independente de transcrição.

Parágrafo Primeiro – O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

ITEM	DESCRIPTIVO	QUANT.	VL UNITARIO	VL TOTAL

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos e a contratada será responsável por cumprir as determinações referentes às Leis Trabalhistas e à Previdência Social, não respondendo a CBDU perante fornecedores ou terceiros, nem assumindo quaisquer responsabilidades por multas, salários ou indenizações a terceiros decorrentes do objeto do PE SRP XX/2024.

Parágrafo Primeiro - A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste processo seletivo será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada até o limite máximo previsto na Política de Compras da CBDU, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço atualizado se mantém vantajoso.



Parágrafo Segundo - Prorrogada a Ata de Registro de Preço, ficam restabelecidos os termos e as condições iniciais da ata, inclusive quantitativos.

Parágrafo Terceiro - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a CBDU não estará obrigada a adquirir o objeto registrado, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao fornecedor.

Parágrafo Quarto - A Ata de Registro de Preço poderá ser acrescida até o limite previsto na Política de Compras da CBDU, de seu quantitativo inicialmente registrado, mediante acordo entre as partes.

Parágrafo Quinto - A Ata somente será reajustada durante a sua vigência se a adjudicatária comprovar a alteração dos preços registrados e houver a devida verificação, pela CBDU, de que o novo preço está de acordo com o mercado.

Parágrafo Sexto - O valor registrado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento da Ata em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.

Parágrafo Sétimo - A Ata de Registro de Preços com a vencedora não será assinada se esta não cumprir as condições legais de documentação exigida ou por motivo de força maior que inviabilize o fornecimento.

Parágrafo Oitavo - A CBDU poderá, até a assinatura da Ata, desclassificar a vencedora, por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver informação fundada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua qualificação técnica, habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira ou regularidade fiscal.

Parágrafo Nono - Para que a Proposta Financeira da vencedora seja incorporada à Ata de Registro de Preços, os erros porventura existentes em suas planilhas deverão ser corrigidos.

Parágrafo Décimo - Para efeito de interpretações de divergências entre os documentos apresentados, fica estabelecida a competência da fiscalização da CBDU.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O gerenciamento deste instrumento caberá à **Confederação Brasileira do Desporto Universitário**.

Parágrafo único – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para aquisições do respectivo objeto, por qualquer federação e confederação que não tenha participado do processo seletivo.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada a qualquer tempo, mediante comunicação expressa da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo, neste caso, qualquer indenização às partes.

Parágrafo Primeiro - O Fornecedor deixará de ter o seu preço registrado quando:

- a) descumprir as condições assumidas na Ata de Registro de Preços;
- b) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- c) quando, justificadamente, não for mais do interesse da CBDU.

Parágrafo Segundo - Ficará a Ata cancelada de pleno direito, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:

- a) por inadimplência de qualquer das partes;
- b) falência ou liquidação do fornecedor;
- c) fusão ou incorporação à outra empresa, sem prévia e expressa concordância da CBDU; e
- d) incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé do fornecedor, devidamente comprovada.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A Contratada fica obrigada a prestar os serviços conforme exigências contidas do Termo de Referência.

Parágrafo Único – O prazo para o início dos serviços será de acordo com a necessidade da CBDU, conforme consta no Edital e respectivo Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

A(s) empresa(s) beneficiária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas no Edital e respectivo Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.



Parágrafo Primeiro - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a CBDU solicitará ao(s) Fornecedor(es), mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Parágrafo único - É da competência do Gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses de adesão por outra federação ou confederação.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar a presente Ata na página da CBDU e na plataforma BBMNET, após sua assinatura, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

Parágrafo Primeiro – As partes declaram que os dados pessoais coletados para a execução do presente Contrato serão utilizados com a estrita finalidade de cumprimento do objeto do Contrato, em completa observância com os princípios e direitos previstos pela Lei Federal n. 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) e com a Política Interna de Proteção de Dados da CBDU.

Parágrafo Segundo - O tratamento dos dados pessoais coletados será realizado pelo período que durar a vigência do Contrato, após o qual serão permanentemente excluídos.

Parágrafo Terceiro - Integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico n. XX/2024 – CBDU e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.

Parágrafo Quarto - Poderá haver modificações nos locais da entrega dos materiais caso em que a CBDU notificará a empresa beneficiária.

Parágrafo Quinto - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação pertinente à espécie.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca desta cidade de Brasília - DF, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem de acordo, assinam, digitalmente/eletronicamente, o presente instrumento para que se alcancem os efeitos jurídicos desejados, ficando garantido ao FORNECEDOR REGISTRADO a possibilidade de assinatura em meio físico, caso não possua assinatura com certificação digital.

Brasília – DF, ____ de _____ de 2024.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO
CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/2024 – CBDU

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2024 – CBDU/DF

Pelo presente instrumento, a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO – CBDU, associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 42.467.787/0001-46, com sede na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, , doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente LUCIANO ATAYDE COSTA CABRAL de um lado, e do outro, a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com Inscrição Estadual n.º XX.XXX.XXX, estabelecida no (endereço), (Estado/UF), CEP XX.XXX-XXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Carteira de Identidade n.º XX.XXX.XXX, SSP/UF, inscrito no CPF sob o n.º XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado no (Estado/UF), resolvem firmar o presente Instrumento, mediante as Cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de frete para transporte de materiais/equipamentos, visando atender as necessidades da CBDU.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Vinculam-se ao presente Contrato todas as regras e condições estabelecidas na Proposta Financeira da CONTRATADA, no Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º XX/2024, seus Anexos e adendos, caso haja, que passam a fazer parte integrante deste Instrumento.

Parágrafo único. A CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento, no todo ou em parte, das regras estabelecidas no referido Instrumento Convocatório, sob pena de sofrer as sanções legais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA os seguintes valores:

ITEM	DESCRIPTIVO	QUANT.	VL UNITARIO	VL TOTAL

Parágrafo primeiro. Nos valores acima, estão inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes à prestação do serviço, tais como fretes, tributos, taxas, impostos, encargos sociais e trabalhistas incidentes, seguro e outras despesas necessárias ao cumprimento do objeto deste Contrato.

Parágrafo segundo. Os serviços se referem ao transporte rodoviário interestadual de cargas sob demanda, em caminhão fechado, tipo Baú, compreendendo os serviços de carregamento e descarregamento de materiais/equipamentos diversos necessários para o evento, no trecho designado pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU, conforme descritivo constante no caput.

Parágrafo terceiro. Na hora do carregamento e descarregamento dos materiais no galpão da CBDU, serão necessários 03 (três) ajudantes para realizar o serviço, sempre deixando os materiais organizados conforme foram retirados, com a orientação do responsável do almoxarifado local.

Parágrafo quarto. Para a execução dos serviços a CONTRATADA utilizará veículo que se encontre em perfeito estado de manutenção, conservação, limpeza e segurança, obedecidas todas as normas correlatas do Poder Público.

Parágrafo quinto. A empresa CONTRATADA deverá apresentar apólice de seguro de toda a carga no valor total de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), antes do início da viagem.

Parágrafo sexto. Caberá ao encarregado designado para o recebimento rejeitar qualquer veículo que não esteja de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, bem como determinar o prazo para substituição do automóvel eventualmente fora das especificações.

Parágrafo sétimo. O veículo deverá possuir seguro total e isento de franquia, licença anual em dia e estar em perfeito estado de conservação.

Parágrafo oitavo. Entende-se por isento de franquia o uso do seguro sem que a CONTRATANTE tenha que assumir qualquer desembolso ou ressarcimento em caso de sinistro.

Parágrafo nono. A CONTRATADA deverá proceder com a substituição imediata do veículo defeituoso por outro igual ou similar.

Parágrafo décimo. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Parágrafo décimo primeiro. A empresa contratada deverá cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar as datas, horários e local de realização de cada serviço constante na Ordem de Serviço ou documento similar.

Parágrafo décimo segundo. No valor proposto pela CONTRATADA para execução do serviço deverão ser observadas todas as especificações do serviço, bem como às exigências legais determinadas para o objeto contratado.

Parágrafo décimo terceiro. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco na elaboração de sua proposta, devendo complementar os custos e despesas para que o serviço seja prestado na mesma qualidade exigida nas especificações, condição para que a execução do objeto contratado seja considerada satisfatória.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A execução do objeto terá início imediato a partir da assinatura do contrato, sendo que a prestação do serviço será realizada de acordo com a necessidade e demanda do CONTRATANTE, mediante envio formal da Ordem de Serviço ou outro documento ao e-mail informado pela CONTRATADA na sua Proposta Financeira.

Parágrafo primeiro. O serviço de retirada dos materiais/equipamentos para carregamento e descarregamento ocorrerão nos locais indicados na Cláusula Terceira.

Parágrafo segundo. Os locais onde os materiais/equipamentos deverão ser descarregados/carregados serão informados pela CBDU.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- a) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA e proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações;
- b) efetuar o pagamento da contratada no prazo determinado no Edital e em seus anexos, inclusive, no contrato;
- c) rejeitar, no todo ou em parte, os itens que a contratada entregar fora das especificações do Edital;
- d) fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;
- e) notificar, por escrito à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

Parágrafo único. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá a empresa vencedora, a partir da autorização para fornecimento dos materiais, o cumprimento das seguintes obrigações:

- a) assumir os encargos decorrentes da execução do ajuste, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;
- b) entregar os serviços de acordo com as especificações descritas neste instrumento, zelar pela qualidade do serviço entregue e pelos prazos determinados para a execução dos serviços ora contratados;
- c) não transferir a outrem, caucionar ou utilizar o objeto contratado para qualquer outra operação financeira, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena e incorrer nas sanções previstas na Política de Compras da CBDU;

- d) manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste processo de seleção.
- e) substituir ou reparar os veículos que, comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações deste termo e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou má qualidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados da sua notificação.
- f) responder aos questionamentos e atender a Contratante de imediato ou até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação, seja por qualquer via, inclusive e-mail ou telefone.
- g) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralização de qualquer natureza.
- h) indicar responsável da empresa para tratar com a CBDU.
- i) observar todos os procedimentos técnicos e legais necessários para a realização dos serviços, objeto do contrato.
- j) acompanhar e fiscalizar a prestação de serviço integralmente.
- k) entregar os materiais/serviços no local indicado pela CBDU, assumindo todas as despesas do transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações, inclusive despesas de manutenção, combustível e operação.
- l) prestar o serviço em conformidade com as condições acordadas, cumprindo rigorosamente todas as programações e prazos, assim como prestar quaisquer informações e esclarecimentos, pertinentes ao serviço contratado, que venham a ser solicitados pelo contratante.
- m) responsabilizar-se financeira e administrativamente, durante todas as etapas de prestação dos serviços, pelo transporte, hospedagem e alimentação de seus empregados, cujos valores já deverão estar inclusos no valor total da proposta.
- n) recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, profissionais, especialistas e técnicos necessários para execução dos serviços, cabendo-lhe todos os pagamentos, inclusive dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, observando a legislação vigente sem qualquer ônus adicional ao Contratante, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a mesma.
- o) substituir empregados, caso seja necessário, durante a execução dos serviços.
- p) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CBDU ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- q) manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito.
- r) responsabilizar-se pelo transporte e a descarga dos produtos nos locais designados, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente.

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA se compromete ainda a:

- a) observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando à legislação brasileira anticorrupção, a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro;
- b) garantir que não está envolvida ou irá se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, partes relacionadas, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em

- qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção;
- c) garantir que não se encontra, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, direta ou indiretamente;
 - d) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção;
 - e) no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foi condenada ou indiciada sob a acusação de corrupção ou suborno;
 - f) suspeita de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro por qualquer entidade governamental;
 - g) sujeita à restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental;
 - h) garantir que, direta ou indiretamente, não irá receber, transferir, manter, usar ou esconder recursos que decorram de qualquer atividade ilícita, bem como não irá contratar como empregado ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção, de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e terrorismo;
 - i) notificar prontamente, por escrito, a CBDU a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista neste item.

Parágrafo Segundo. O não cumprimento pela CONTRATADA das leis anticorrupção e/ou do disposto neste item será considerado uma infração grave ao contrato a ser efetivado e conferirá a CONTRATANTE o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o CONTRATO, sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a participante responsável por eventuais perdas e danos.

Parágrafo Terceiro. Em hipótese alguma haverá vínculo empregatício entre os profissionais envolvidos na execução dos trabalhos decorrentes deste Contrato e o CONTRATANTE, quer sejam prestadores de serviços, empregados, prepostos da CONTRATADA ou por qualquer forma por ela credenciados ou autorizados, permanecendo os mesmos vinculados às pessoas jurídicas às quais estejam subordinados.

Parágrafo Quarto. Não obstante a total desvinculação trabalhista explicitada no item acima, na hipótese de ocorrer qualquer demanda por parte de empregados da CONTRATADA diretamente contra o CONTRATANTE ou mesmo solidariamente, obriga-se a CONTRATADA a ressarcir ao CONTRATANTE o valor despendido por esta, devidamente corrigido desde a data do efetivo desembolso, inclusive despesas processuais e honorários advocatícios.

Parágrafo Quinto. O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, quando não forem prévia e expressamente autorizados pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto. Todas as obrigações aqui assumidas pela CONTRATADA são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

Parágrafo Sétimo. A CONTRATADA é diretamente responsável pelos atos de seus empregados e prepostos, bem como pelos terceiros por ela contratados ou de qualquer forma autorizados ou credenciados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

A vigência será de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada, de comum acordo, por períodos iguais e sucessivos até o limite previsto na Política de Compras da CBDU, desde que as partes se manifestem por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação expressa da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo, neste caso, qualquer indenização às partes.

Parágrafo primeiro. O não cumprimento de qualquer Cláusula ou condição deste Contrato importará na sua rescisão imediata, a critério da parte adimplente, independente de aviso.

Parágrafo segundo. Expirado o prazo estabelecido, e caso não haja interesse em sua renovação, expressamente manifestado, os serviços efetivamente prestados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados em um prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo terceiro. Ficará o presente Contrato rescindido de pleno direito, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:

- a) por inadimplência de qualquer das partes;
- b) falência ou liquidação da CONTRATADA;
- c) fusão ou incorporação à outra empresa, sem prévia e expressa concordância do CONTRATANTE; e
- d) incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé da CONTRATADA, devidamente comprovada.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

A CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pelo CBDU, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de:
 - 1. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor atualizado do contrato, limitada a incidência a 05 (cinco) dias. Após o 5º (quinto) dia e a critério do CBDU, no caso de cumprimento com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 2. 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato, em caso de atraso no cumprimento, por período superior ao previsto no item “a”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 3. 30% (trinta por cento) sobre o valor atualizado do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, não estando prejudicada a adoção dos procedimentos necessários para a devolução do montante pago à CONTRATADA;

4. Nos casos previstos nos itens acima a multa será acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês até a data do efetivo pagamento;
- c) Suspensão temporária de participar de processo seletivo perante à CBDU.

Parágrafo primeiro. As sanções de multa poderão ser aplicadas à CONTRATADA em concomitância com a sanção de advertência, declaração de inidoneidade, e/ou suspensão temporária para licitar com a CBDU, descontando o prejuízo apurado do pagamento a ser efetuado, se for o caso.

Parágrafo segundo. As penalidades previstas no Termo de Referência não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

Parágrafo terceiro. Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à CONTRATADA e publicação no Diário Oficial, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

Parágrafo quarto. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pelo CONTRATANTE.

Parágrafo quinto. Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrados diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do material / serviço, apresentação da nota fiscal e aceite pelo fiscal do contrato.

Parágrafo primeiro. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- ii. Atestação de conformidade da entrega do(s) materiais/serviços;
- iii. Comprovação de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- iv. Comprovação de regularidade com às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
- v. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Parágrafo segundo. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada.

Parágrafo terceiro. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

Parágrafo quarto. Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua (re)apresentação, devidamente regularizadas.

Parágrafo quinto. A CBDU se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

Parágrafo sexto. A CBDU poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

O presente Contrato não sofrerá reajuste durante o 1º (primeiro) ano de vigência, qualquer que seja a justificativa, salvo por disposições legais.

Parágrafo único. Havendo interesse na renovação, o valor contratado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento do Contrato em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO

A gestão do presente Contrato será realizada pelo CONTRATANTE, por intermédio do(a) Diretor de Esportes e Eventos, em função do objeto estar vinculado àquela Diretoria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

A CBDU declara que todos os dados pessoais coletados para os fins da execução deste edital serão tratados em conformidade com os princípios e direitos previstos pela Lei Federal n. 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) e com a Política Interna de Proteção de Dados da CBDU.

Parágrafo único - O tratamento dos dados pessoais coletados será realizado pelo período que durar a vigência do Edital, após o qual serão permanentemente excluídos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

Para todos os efeitos legais, dá-se ao presente o valor total de R\$ xxxxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA DO CONTRATO

A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação, podendo optar por caução em dinheiro, fiança bancária ou seguro-garantia.

Parágrafo primeiro. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto da contratação e do não adimplemento das demais obrigações nela previstas;
- b) prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

Parágrafo segundo. A garantia do contrato terá vigência durante todo o prazo de execução da obra ou serviços, devendo se estender até o prazo de 3 (três) meses, após término da vigência contratual.

Parágrafo terceiro. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA deverá proceder a respectiva reposição no prazo de 3 (três) dias úteis, contada da data em que for notificada pelo CONTRATANTE.

Parágrafo quarto. Após o cumprimento fiel e integral do Contrato, a garantia prestada será liberada ou restituída à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após formalizada sua solicitação.

Parágrafo quinto. Ao término da vigência do Contrato, a garantia e o montante retido somente serão liberados ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas, se for o caso, decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia e o montante retido serão utilizados para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pelo CONTRATANTE.

Parágrafo sexto. A garantia em favor do CONTRATANTE deverá ser prestada no prazo estipulado no caput desta cláusula, sob pena de aplicação de multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, podendo o CONTRATANTE promover a rescisão do contrato, assegurada a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente CONTRATO poderá ser alterado, por meio de Termo Aditivo, que formaliza as alterações contratuais por acordo entre as partes, nos termos da Política de Compras da CBDU.

Parágrafo primeiro. O Contrato poderá sofrer acréscimos em até 50% (cinquenta por cento) do valor global atualizado do contrato, mediante justificativa, e sofrer supressões nos limites estabelecidos entre as partes.

Parágrafo segundo. Toda e qualquer alteração contratual só poderá ser realizada por meio de Termo Aditivo, com exceção das seguintes hipóteses, que poderão ser alteradas mediante simples Termo de Apostilamento, dispensada a assinatura das Partes:

- a) Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste Contrato.

- b) Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas neste Contrato.
- c) Alterações na razão ou na denominação social do Contratado.
- d) Alteração do responsável pelo acompanhamento da execução contratual.
- e) Prorrogações de vigência previstas no Contrato.
- f) Adequações derivadas de erro material.

Parágrafo terceiro. Os Termos de Apostilamento, quando formalizados, serão enviadas ao CONTRATADO para conhecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

De acordo com a legislação vigente, o Contrato poderá sofrer acréscimos, de acordo com a necessidade da CBDU, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor da global atualizado do contrato, mediante justificativa e termo aditivo. As supressões poderão ser realizadas nos limites estabelecidos entre as partes.

Parágrafo primeiro. Fica expressamente proibido à CONTRATADA subcontratar outras empresas para realizar o objeto deste Contrato, a não ser com expressa autorização do CONTRATANTE

Parágrafo segundo. Durante a vigência deste Contrato, qualquer comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito.

Parágrafo terceiro. Toda e qualquer alteração contratual só poderá ser realizada por meio de Termo Aditivo.

Parágrafo quarto. Além das obrigações previstas no presente Edital, a CONTRATADA é responsável por danos causados por negligência, imperícia ou imprudência, causados a terceiros, nos termos do arts. 186 e 927 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo quinto. Os casos de incorreções que apresentem vícios de ilegalidade ensejarão a rescisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro de Brasília - DF, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente Contrato.



**Confederação
Brasileira
Do Desporto
Universitário**

CBDU

Folha nº 55

Rub. _____

E por estarem de acordo, assinam, digitalmente/eletronicamente, o presente Instrumento para que se alcancem os efeitos jurídicos desejados, ficando garantido à CONTRATADA a possibilidade de assinatura em meio físico, caso não possua assinatura com certificação digital.

Brasília – DF, ____ de _____ de 2024.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO
CONTRATANTE

CONTRATADA